

NATUREZA, EXTRATIVISMOS E ECOLOGIA POLÍTICA: UM BREVE ENSAIO

ESSAY ON NATURE, EXTRACTIVISM AND POLITICAL ECOLOGY

Raphael Vianna*

RESUMO

Este texto é breve e tem o ritmo de uma conversa. A hipótese é claudicante e ampla: o avanço da modernização se deu com o benefício da Natureza e das leis que dela foram extraídas. A noção de uma Natureza funcionando autonomamente foi emprestada ao mercado: um mercado autorregulado. Hoje, a exigência ecológica mostra que a transcendência do mercado não cabe na imanência da Terra. Os extrativismos são uma expressão flagrante desse transbordamento na América Latina, e não parecem compatíveis com os diferentes modos de existir que a povoam. Se antes, a afinção das divergências proveio do diapásio da Natureza, acompanhado de um silenciamento de muitos mundos, agora, o desafio passa pela criação de composições dissonantes, problema que algumas abordagens têm buscado investigar. Sugere-se que a ecologia política possa encontrar aí alguma inspiração.

Palavras-chave: Naturalismo; Extrativismo; Ecologia Política

ABSTRACT

This piece is brief. A large hypothesis was adopted: the expansion of modernity has benefited from Nature and its Laws. The notion of an autonomous Nature was borrowed to the Market: a self-regulated Market (or the Second Nature). Nowadays, the ecological requirement shows that the Market does not fit on Earth, and some approaches have indicated that Nature is not the same for the different modes of existence on Earth. An expression of this incompatible situation is the extractivism in Latin America. One challenge is to create accords in a sort of dissonant composition, a problem that interests some disciplines. It is possible that political ecology can find in there some inspiration.

Keywords: Naturalism; Extractivism; Political Ecology

* Biólogo, Mestre em Geografia e Doutor em Meio Ambiente (Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Email: raphaelvmb@gmail.com.

APRESENTAÇÃO

Não zombes do que eles fazem: eles têm sede insaciável de infinito
Comte de Lautréamont

É recorrente o fenômeno da deriva autoral na WEB. Recentemente, uma frase tem percorrido diferentes criadores: “é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo”. E as imagens ruborizadas das florestas se contorcendo em chamas conferem algum drama à perturbadora assertiva. O que aconteceu para que um cenário abrasador tenha se tornado menos ameaçador do que a permanência dos jogos do mercado? O que aconteceu para que a Economia permaneça tão distante dos alarmes emitidos pela Terra? O que aconteceu para que a Economia funcione como outra natureza? O texto é provocado por estas questões.

Na primeira parte serão apresentados, sumariamente, dois panoramas que introduzem o problema da Natureza como um domínio cujo funcionamento supõe uma pasteurização: o primeiro diz respeito à Ciência; o segundo, à Economia. Adiante, busca-se explorar a influência dessa purificação, na chave dessas duas séries (Ciência e Economia), nos extrativismos em curso na América Latina (seção 2). Em seguida, serão enfatizadas as contribuições das ciências, com “c” minúsculo e no plural, como um indicativo da heterogeneidade do fazer científico e da sua extraordinária capacidade de convocar as entidades com as quais devemos aprender a viver coletivamente. Para acessar essa heterogeneidade, serão privilegiadas as contribuições da antropologia comparada e das ecologias políticas, com realce na situação latino-americana (seções 2 e 3). Partindo dessas contribuições, ao se notar a recorrência das vocalizações que recusam a irresponsabilidade das devastações aferradas à monotonia do crescimento econômico, se verá que humanos e não-humanos podem ensaiar outras formas de compor o mundo. Essas recusas serão lidas menos como resistências do que insistências, de modo a sublinhar certa potência enunciativa que as habitam. Insistências com as quais poderão ser compostas relações polifônicas capazes de conservar o dissenso nos distintos objetivos envolvidos nas situações de depleção ecossistêmica e ontológica (seções 3 e 4). A coerência desse fluxo estará diluída no curso do texto e concentrada na sua jusante.

Ciência e Natureza

De início, uma advertência: para introduzir a relação entre Ciência e Natureza, será dado um salto tão longo quanto capaz de eriçar os pelos dos historiadores e filósofos. Mas esta irresponsabilidade, que corretamente será acusada pelas rondas de plantão, por ora, interessa menos do que a introdução deste relacionamento.

Enquanto a frente modernizadora galgou posições num avanço redutor de arcaísmos, colocou-se em funcionamento uma Natureza de onde seriam extraídas as leis que não estariam disponíveis ao debate público. E foi a partir dessa importação dos fatos indiscutíveis (cf. LATOUR, 2002; 2004), que foram distribuídas as qualidades das representações entre as alteridades que não compactuavam da iluminura paladina. Presume-se que a modernidade se arvorou na busca da luz, enquanto sombreou as formas de viver que não adotavam a lente científica para conhecer a realidade, por isso, representações. E aí encontra-se o problema da Natureza e da Ciência. Esse problema, se seguirmos Bruno Latour (2004), expressa-se na alegoria da Caverna.

Se no Livro VII d'A República - e há injustiça nessa simplificação -, a alegoria estabeleceu duas casas, podemos, por ora, entender que *lá fora* estaria a Natureza, e *dentro* da caverna estaria o mundo das representações mal-acabadas desta Natureza. Se primeiro o filósofo, mais tarde o cientista deveio privilegiado (cf. LATOUR, 2004, p. 10), em virtude do seu trânsito autorizado entre os dois domínios.

Teríamos, supostamente, duas casas: uma casa humana e outra não-humana, objetiva. Em trânsito entre as casas estariam uns poucos privilegiados, munidos tanto da capacidade de revelar a verdade muda da Natureza quanto da habilidade de desamarrar os cavernícolas agrilhoados em disputas intermináveis. Os beneficiados pacificariam as querelas a partir da importação dos fatos extraídos diretamente da Natureza que poderiam acessar, enquanto, nas sombras, os complexos esquemas de organização dos cosmos seriam simplificados como representações rudimentares da realidade objetiva. Bruno Latour (2004) observou que nessa alegoria está a gênese de duas ideias importantes: a ideia de um mundo social e a ideia de uma Ciência. A acumulação de Leis indiscutíveis converteu-se numa Política da Natureza, quando a tagarelice da vida social passou a ser acomodada pela Razão. Situação que encontra ecos no canto de galo da modernidade.

Em “dois tratados sobre o governo”, no segundo capítulo do livro II, John Locke parece ilustrar esse poder de afinação das dissonâncias com o diapasão da Natureza:

A responsabilidade pela execução da lei da natureza é, nesse estado, depositada nas mãos de cada homem, pelo que cada um tem o direito de punir os transgressores da dita lei em tal grau, que impeça sua violação. Pois a *lei da natureza* seria vã, como todas as demais leis que dizem respeito ao homem neste mundo, se não houvesse alguém que tivesse, no estado de natureza, um *poder para executar* essa lei e, com isso, preservar os inocentes e conter os transgressores [grifos dele] (LOCKE, 1998, p. 385 - 386).

Não que o poder para executar essa lei estivesse disponível aos pugilistas mal-intencionados, agraciados com força bruta e músculos infalíveis, mas àqueles dotados de Razão:

Ao transgredir a lei da natureza, o infrator alega estar vivendo segundo outra regra *que não a da razão* e da equidade comum, que é medida fixada por Deus às ações dos homens para mútua segurança destes; e, assim, torna-se ele perigoso para a humanidade, afrouxando ou rompendo os laços que servem para guardá-la da injúria e da violência. Tratando-se assim de uma agressão contra toda a espécie e contra sua paz e segurança proporcionadas pela lei da natureza, todo homem pode, por essa razão e com base no direito que tem em preservar a humanidade em geral, restringir ou, quando necessário, destruir o que seja nocivo a ela [grifo meu] (LOCKE, 1998, p. 386 - 387).

Lei da Natureza que fora estendida ao mundo como um tapete para saudar a expansão da modernidade. E ressalvadas as devidas particularidades destes fragmentos, pode-se deles extrair certa regularidade do espraiamento da civilização ocidental e o seu diálogo com a alteridade. Alteridades que, quando não aniquiladas pelas forças de conversão, seguiram toleradas como excentricidades entretidas com as suas representações da Natureza. Dito de outro modo, naquele de Latour:

de um lado, temos as ficções tagarelando; e do outro, o silêncio da realidade. A sutileza dessa organização recai inteiramente sobre o poder dado a quem pode mover-se de um lado para o outro entre as casas [da caverna e do fora] [...] em suma, esses poucos eleitos [...] podem fazer o mundo mudo falar, dizer a verdade sem que sejam desafiados, colocar um fim aos intermináveis argumentos através de uma incontestável forma de autoridade que resultaria das próprias coisas [tradução pessoal] (LATOUR, 2004, p. 14)

Com a indubitável astúcia de cansar o leitor, infere-se que foi a partir de uma sólida importação de fatos que se buscou resolver as disputas da vida coletiva. Mas se a Ciência fez funcionar a Natureza através do apelo aos fatos indisputáveis, é possível dizer que a Economia traçou uma caminhada semelhante? E aqui é preciso correr um risco: se considerarmos que a Economia, pretendendo firmar a sua autoridade enquanto um saber legítimo, passou a convocar a Natureza para justificar o funcionamento das suas próprias leis, então, se responderia que sim. Mas, se sim, como?

Natureza e Economia

Em nossos dias, basta presenciar o discurso de um devoto do Mercado para extrair um fundamento basilar: a intervenção na economia é um obstáculo ao crescimento, este reconhecido como um catalisador do funcionamento econômico. É como se a Economia assumisse um funcionamento autônomo e inversamente proporcional ao grau de intervenção: um mercado autorregulado, costuma-se dizer.

Dois antigos investigadores dividem o primeiro nome e multiplicam-se nos estudos sobre o tema: Marx e Polanyi. O primeiro Karl banhou a sua barba no espectro cientificista que rondava a Europa do Dezenove¹, e desenvolveu minuciosas descrições das discrepâncias e inconfidências que se agudizavam em seu tempo. O segundo Karl, também sinistro, nasceria pouco depois da partida do primeiro. Ao primeiro Karl atribui-se, frequentemente – e com abuso de ignorância –, o planejamento das tragédias causadas pelas tentativas de instaurar uma política científica. Afinal, foi em nome da Ciência econômica e das leis científicas da história que muitos foram subjugados pelos clamores de alguns “istas”. Por outro lado, para os seus fiéis opositores liberais, o “ismo” dos “istas” não interrompeu a noção de uma economia científica, mas foi tomado como um tropeço que pecou por tentar politizar uma ciência exata e indiscutível: tentou politizar a economia².

Para Bruno Latour³, o equívoco está precisamente na tentativa de “economicizar” a política⁴; i.e., na tentativa de cientificizar a política através da economia. E para esse pensador, o segundo Karl traz uma grande contribuição, já que, conforme Polanyi, a crença na economia presidindo a vida social foi o que permitiu o desenvolvimento do capitalismo. E o poder de conferir ao Mercado o artifício da ubiquidade utilizou-se de uma artimanha particular: a disciplina econômica, desde a sua ascensão, e com importantes ressalvas, não parece descrever o mercado, mas ocupa-se em protegê-lo das interferências que, por ventura, possam violar o seu funcionamento. Ou como Karl Polanyi (2000, pp. 170 – 171) ressaltou: “o *laissez-faire* não era o método para atingir alguma coisa, era a coisa a ser atingida”. E fica mais fácil entender a sua leitura de que a história dos dois últimos séculos é aquela da resistência da vida social contra a interpretação dada pela economia. Mas esse diagnóstico convoca a urgência de um curto exame, que será realizado a seguir, para que Polanyi seja retomado no momento oportuno.

¹ Consultar, p.ex., o comentário de Marx sobre a análise de Adam Smith acerca do estado de progresso ou estagnação das sociedades, na introdução da *Crítica da Economia Política* (1983, p. 204): “Para dar um caráter científico àquilo que, na sua obra, vale como rascunho, seria necessário estudar os períodos dos diversos graus de produtividade no decurso do desenvolvimento dos diferentes povos [grifo meu]”. E então a importância de estabelecer um método de análise científico, tal como aquele aplicado à Natureza: “[o] consumo é também produção, à semelhança da natureza, em que o consumo dos elementos e das substâncias químicas é a produção da planta” (ibid., p. 208).

² Parágrafo fundamentalmente inspirado em Bruno Latour (1999), “O curto-circuito da economia”. Especial para a Folha de São Paulo. 07/02/1999. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs07029903.htm> > Acesso em mai. 2018.

³ Bruno Latour (id.): “O curto-circuito da economia”. Especial para a Folha de São Paulo.

⁴ “Economicizar” é um neologismo deste texto. Bruno Latour (id.) fala em “curto-circuitar” a política.

Naturalismo e liberalismo

Neste ponto, coletemos os tributos de Norbert Elias (2006, p. 185), que observou que o direcionamento para uma abordagem científica do campo econômico fora acompanhado de uma transformação, na transição para o Dezenove, nas formas tradicionais da organização do poder, o que livrou o mercado da regulação governamental. Elias referiu-se às “novas experiências como algo da ordem da natureza. Esse era o único modelo disponível para conceituar um conjunto integrado de funções impessoais e autorreguladas”. Uma transformação que também fora notada por Michel Foucault (2008), que ao olhar para o meado do século XVIII, sublinhou, com aclamada originalidade, a ocorrência de uma objeção menos dedicada ao abuso da soberania do que ao excesso de governo. Para esse autor, a economia política foi o instrumento intelectual que permitiu a metamorfose na razão governamental. A economia política, ele disse:

se propõe como objetivo o enriquecimento do Estado. Ela se propõe como objetivo o crescimento simultâneo, correlativo e convenientemente ajustado da população, de um lado, e dos meios de subsistência, do outro [...] pois bem, garantir de forma conveniente, ajustada e sempre proveitosa a concorrência entre os estados (FOUCAULT, 2008, p. 19).

Para Foucault (ibid.), a economia política não desvenda os direitos naturais anteriores à prática do governo, mas descobre certa naturalidade nesta prática, e como disciplina nascente, ela se dedica a estudar a natureza própria da ação governamental. E

Se há uma natureza que é própria da governamentabilidade, dos seus objetos e das suas operações, a consequência disso é que a prática governamental não poderá fazer o que tem para fazer a não ser respeitando essa natureza. (FOUCAULT, 2008, p. 22).

Se compreendemos Foucault, o sucesso ou fracasso da prática governamental estaria condicionado à consideração dessas leis naturais. E se a economia política propôs como objetivo o enriquecimento do estado, o simples desconhecimento dessas leis naturais, divulgadas pela disciplina econômica, corresponderia ao flerte com o fracasso: o insucesso estabelece uma ligação menor com a tirania do que com a ignorância, pois ignorar as leis da natureza seria um equívoco que poderia condenar o governo à derrocada. E se os economistas tinham a tarefa de dizer a verdade sobre os mecanismos naturais manipulados pelos governos, interpreta-se que o especialista adquire, pela força da verdade, o poder de estabelecer limites na arte de governar. Vontade de verdade que seria extraída de uma natureza que um grupo de sábios poderia acessar, fazer falar e traduzir em leis que conduziriam as linhas de ação governamental.

É particularmente interessante que a noção de natureza tenha adquirido essa função de um grande anfiteatro que harmoniza o espetáculo da tragédia humana. Ideia que podemos encontrar em Immanuel Kant, na “garantia da paz perpétua”, que escreveu:

[o] que subministra essa garantia é tão-só a grande artista, a Natureza (*natura daedala rerum*), de cujo curso mecânico transparece com evidência uma finalidade: através da discórdia dos homens, fazer surgir a harmonia, mesmo contra a sua vontade (KANT, 2008 [1795], p. 23)⁵

Michel Foucault (2008) comenta esse texto de Kant, para quem a garantia da paz perpétua, concedida pela Natureza, atuou na formação do direito civil, do direito internacional e do direito cosmopolita (comercial). Pois esses direitos seriam a retomada pelo homem, na forma de obrigações, do

⁵ Quanto à menção do “cenário” oferecido pela Natureza: “antes de determinarmos com maior precisão essa garantia, será preciso examinar o estado que a natureza organizou para as pessoas que agem no seu grande cenário” (KANT, 2008 [1795], p. 25).

que fora um preceito da natureza. A retomada do preceito da natureza pelo direito poderia entregar o que já fora prometido pela própria natureza: a paz perpétua, mas, dessa vez, garantida pela planetarização comercial (FOUCAULT, 2008, pp. 79 - 80). É dizer que a paz perpétua de Kant é garantida não pelo direito, mas pela natureza.

E não parece gratuita a dedicação concedida por Michel Foucault ao naturalismo, quando falou do liberalismo⁶:

[v]ocês verão que o que caracteriza essa nova arte de governar de que lhes falava é muito mais o naturalismo do que o liberalismo, na medida em que, de fato, essa liberdade de que falam os fisiocratas, Adam Smith, etc., é muito mais a espontaneidade, a mecânica interna e intrínseca dos processos econômicos do que uma liberdade jurídica reconhecida como tal para os indivíduos. Até em Kant, que afinal não é tão economista assim, que é muito mais um jurista, vocês viram que a paz perpétua é garantida não pelo direito, mas pela natureza. De fato, é como um naturalismo governamental que se esboça no meado do século XVIII (FOUCAULT, 2008, pp. 83 - 84).

A instauração desse naturalismo governamental foi acompanhada de mudanças na organização social e, para retomar Karl Polanyi (2000, p. 152), “uma vez que a sociedade emergente nada mais era do que o sistema de mercado, a sociedade humana estava agora ameaçada de mudar as suas bases para outras inteiramente estranhas ao mundo moral do qual fizera parte, até então, o corpo político”. E

na medida em que as leis que governavam uma economia de mercado iam sendo apreendidas, essas leis eram colocadas sob a autoridade da própria natureza [...] na sua essência, a sociedade econômica se fundamentava nas inflexíveis realidades da natureza [...] [e] [a]s leis de uma sociedade competitiva eram colocadas sob a sanção da selva (POLANYI, 2000, pp. 152 - 153).

Por isso, a sociedade econômica se entendia como sujeita às leis “que não eram leis humanas”, e surgia aí “uma dicotomia que marcaria o nascimento da consciência do século XIX”, quando “acreditava-se que o mercado autorregulável provinha das leis inexoráveis da natureza” (ibid., p. 154). Segundo a leitura de Polanyi, a filosofia dos liberais

gira em torno de que o *laissez-faire* foi um desenvolvimento natural, enquanto a legislação anti-*laissez-faire* subsequente foi o resultado de uma ação propositada por parte dos que se opunham aos princípios liberais (POLANYI, 2000, p. 173).

Ao que ele, à época, comentou: “não seria demais dizer que nessas duas interpretações mutuamente exclusivas do duplo movimento ainda se envolve, hoje em dia, a verdade ou inverdade da posição liberal” (id.). E se, para Polanyi, o conceito de um mercado autorregulado é utópico⁷, “e o seu progresso foi obstruído pela autoproteção realista da sociedade” (id.), na concepção dos liberais, “todo o protecionismo foi um erro resultante da impaciência, ambição e estreiteza de visão; e sem elas o mercado teria resolvido suas dificuldades” (id.). Ele completa:

o seu eclipse parcial [no século XIX] pode até ter fortalecido a sua influência, uma vez que permitiu a seus defensores argumentarem que as razões de todas as dificuldades a eles

⁶ Michel Foucault (2008, p. 83) esboça uma caracterização do liberalismo ao realçar três aspectos, a saber: “verificação do Mercado, limitação pelo cálculo da utilidade governamental e [...] posição da Europa como região de desenvolvimento econômico ilimitado em relação a um mercado mundial”.

⁷ Polanyi (2000, p. 18) parte da tese de que o mercado autorregulável é uma utopia, visto que tal instituição não poderia existir sem aniquilar a substância humana. E se a sociedade adotou medidas para se proteger desse mercado que procedia por purificações, tais medidas feririam o sistema de autorregulação, desorganizariam a vida industrial e ameaçariam a vida coletiva em mais uma maneira.

atribuídas resultam da aplicação incompleta de seus princípios [...] de fato, este é o último argumento do liberalismo econômico que resta hoje em dia (POLANYI, 2000, p. 175)

Com algum esforço, pode-se dizer que, para Polanyi (Id.), a civilização do Dezenove centralizou-se nesse modelo institucional, o que permite detectar a sua *grande transformação* - e o ancoramento das situações que abasteceram o soerguimento de impérios em um mar de sangue.

De lá até aqui

E quando se fala em liberalismo, mesmo que renovado, não é preciso muito esforço para perceber o andamento de um exercício para libertar o mercado das intervenções. Afinal, é de se esperar que a imposição de uma agenda liberal admita uma série de intervenções para sanear o mercado das interferências indesejadas. E se o objetivo dessas manobras é adubar o terreno para o crescimento econômico, pode-se dizer que, nesta interpretação, o crescimento progride pela subtração das interferências capazes de afetar o funcionamento desejado pelos jardineiros do mercado. E esse atletismo, praticado pelos zeladores que afastam os intrusos como uma mão abana o zunido teimoso dos insetos, se dá através do cultivo do liberalismo em esferas purificadas das interferências, porém, manipuladas por um intenso e amplo esforço de intervenções que promovam o seu florescimento⁸. E essa seleção artificial é suficiente para que a segunda natureza, nesciamente darwiniana, perca o seu funcionamento autônomo e abdique de seu lugar cativo no firmamento da Economia.

Para designar o ocorrido no século XIX, Karl Polanyi chamou a economia de “religião secular”. Mas, como notou Bruno Latour (2014, p. 7), “ele estava convencido, pobre alma, que tal religião havia sido totalmente desacreditada quando, em 1949, ele publicou a Grande Transformação”. Foi preciso algum tempo para nos darmos conta de que o otimismo econômico que animou as indústrias depletivas no pós-Guerra traria um prejuízo ao mundo que habitamos coletivamente. Karl Polanyi não poderia ter previsto que uma transformação tão radical fora colocada em andamento, ao ponto de introjetar a história humana nas camadas geológicas da Terra. E ainda que o advento do Antropoceno colabore, desde o nome, para a dissolução das antigas divisões, esse acontecimento não parece ter abalado a crença da economia em um mercado autorregulado que deve ser mantido a qualquer custo. É como se a economia privasse o mercado da gravidade de sua existência; do peso da sua existência para a Terra. E agora, no Antropoceno, a economia não parece acompanhar os constrangimentos ecológicos que são experimentados dramaticamente em diferentes regiões do planeta, dos quais os extrativismos, na América Latina, são expressões recorrentes.

EXTRATIVISMOS

A palavra “extrativismo” tem sido mobilizada para caracterizar uma governabilidade comercial a alguns elementos dos ecossistemas, com a organização de uma miríade de arranjos dedicados a sustentar algum modelo de desenvolvimento. E se esta é uma maneira displicente de acessar um assunto delicado, é prudente desacelerar e considerar as observações do biólogo Eduardo Gudynaz (2015), que se refere aos extrativismos, no plural, como uma forma mais adequada de apresentar a complexidade do assunto:

⁸ Lobbies, perdão das dívidas, informações privilegiadas, isenções fiscais, flexibilização da legislação trabalhista, chantagens locacionais, atuação de milícias e capatazes de toda sorte, endividamento dos trabalhadores e a imposição de alternativas infernais (Cf. Stengers, 2015), são parcos exemplos dos malabarismos embaraçosos da imposição liberal, e dissolvem as bases de sustentação da narrativa autorregulada. Para conferir: a desnaturalização se realiza no esforço mesmo de naturalizar?

Encontramos, atualmente, uma diversidade de extrativismos, onde em uns casos persistem as práticas clássicas que repousam nas grandes corporações transnacionais e em outros casos, os próprios Estados aparecem levando-lhes adiante [colocando-os em andamento]. É importante revisar tanto os aspectos comuns como as diferenças entre esses extrativismos [tradução pessoal] (GUDYNAZ, 2015, p. 7).

De modo geral, na América Latina,

os extrativismos atuais são muito mais do que um conjunto de projetos, já que estão gerando e cristalizando ideias de desenvolvimento arraigadas sobre o progresso material, obsessivas com a valoração econômica e cada vez menos democráticas [tradução pessoal] (GUDYNAZ, 2015, p. 7).

Há que se ponderar que os extrativismos “são um caso particular de extração [...] [O]s exemplos mais conhecidos são as grandes explorações minerais e petroleiras” (Id.). E das diferenças dessas práticas extrativistas, não é extenuante extrair uma repetição: aos poucos beneficiários a sensação de prosperidade, e ao contingente de despossuídos a sensação de abandono. Entretanto, no caminho das grandes explorações há alguns focos de insistência. Focos de insistência, pois se recusam a aderir às promessas do progresso redutor promulgado pelos extrativismos e, quando muito, tornam-se perturbações para a sua realização: exprimem a presença dos indesejados na seleção artificial do mercado extrativista. E esses faróis de insistência atraem o interesse de diferentes disciplinas, cujos procedimentos investigativos têm experimentado alternativas eficazes ao questionar o enquadramento antecipado da Natureza. É aí que se torna indisfarçável a passagem da Ciência para as ciências. E para emprestar alguma consonância a essa assertiva, recorramos muito rapidamente às contribuições da antropologia comparada, para então retornar aos extrativismos.

Outras naturezas

São bem conhecidos os tratamentos etnográficos dos antropólogos. Essas etnografias podem ser estudadas por outros antropólogos, que propõem generalizações a partir do exame das singularidades e regularidades na distribuição dos fenômenos nelas descritos. Aos últimos atribui-se, comumente, a designação de etnólogos. Um conhecido etnólogo é Phillippe Descola (2013), para quem o etnógrafo faz mais do que descrever, pois interpreta e dá significado aos comportamentos enigmáticos dos outros. E nessa interpretação, há de se cultivar o cuidado com um problema. Um problema que se anuncia quando se atribui aos outros uma série de crenças que, supõe-se, motivariam aquelas ações observadas. Pois conferir às crenças dos outros a explicação fornecida pela sua própria crença, ainda que nos fatos, transporta as primeiras de uma condição de sabedoria legítima, para artefatos simbólicos (e então o retorno da representação).

Imaginemos o caso de um etnógrafo que analisa o conhecimento meteorológico de uma população. Sob a inabalável confiança na Natureza, aquele conhecimento, automaticamente, torna-se uma verdade para o observado, mas passível de verificação pelo observador, ou seja, só ganha legitimidade se corroborada pelas aferições científicas. Descola aponta que a antropologia, certa maneira filha da filosofia, herdou esses pressupostos epistemológicos da modernidade e, por isso, encontrou dificuldades em imaginar os mundos não-modernos como sofisticados sistemas de conceptualização. Optou-se, para aqui simplificar um debate explosivo, em categorizar os não-modernos como conceituadores mais ou menos exóticos, capazes de contabilizar o estado de um mundo que o nosso próprio sistema estabilizou (uma Natureza e várias culturas).

O etnólogo parece sugerir que a variedade de formas de criar mundos, e a garantia de que esse processo poderá ser estudado cientificamente, deriva da constatação de que a atualização diferencial das qualidades e das relações não ocorre de maneira aleatória. Com isto, se diz que essa diferenciação é guiada por inferências elementares em relação à atribuição de qualidades aos objetos humanos e não-humanos; reais e imaginários⁹. Para estudar essas asperezas ontológicas sem alisar os seus relevos com as ferramentas conceituais do investigador, o trabalho antropológico, tal como entendido pelo autor, seria dedicado a

descrever e sistematizar de maneira mais culturalmente neutra possível as diferentes maneiras nas quais os organismos específicos habitam o mundo, identificar neles uma determinada propriedade para o seu uso e que contribuem na sua transformação, tecendo com ela (essa ou aquela propriedade), e entre elas, laços constantes ou ocasionais de uma diversa, mas não ilimitada, natureza [tradução pessoal]¹⁰ (DESCOLA, 2013, p. 79).

Mas essa coexistência multinatural é alvo da reflexão de outros antropólogos contemporâneos, que desbravam embaraços distintos para chegar nesse assunto espinhoso. Destaca-se o etnólogo Eduardo Viveiros de Castro. Para esse antropólogo, a cosmopraxis ameríndia transmite aos que as estudam uma “teoria perspectivista de pessoalidade transespecífica” (VIVEIROS de CASTRO, 2018 [2004], p. 249), i.e., monocultural e multinaturalista. E se transmite certa teoria, é porque ela contrasta com o monotaturalismo multicultural do ocidente. E este intercâmbio confere à antropologia perspectivista um caráter híbrido, que busca compreender qual é o sentido atribuído ao conceito de cultura (ou de “social”) pelos agentes teóricos estudados. Assim, o problema antropológico

consiste menos em determinar quais relações sociais constituem seu objeto, e muito mais em perguntar o que o seu objeto constitui como uma relação social – o que uma relação social é nos termos do seu objeto (VIVEIROS de CASTRO, 2018 p. 249).

Logo, trata-se de uma comparação de antropologias, moderna e extra-moderna, para, desde já, evitar o vício modernista de distribuir arcaísmos no rastro da progressão irreversível da flecha temporal, e, com isso, gerar entendimentos que endossam o caldo da lassidão intelectual pela da adição da negatividade (p.ex. não-modernos, pois atrasados).

Comparar antropologias não implica nem em “tradutibilidade imediata”, nem em “transparência epistemológica” (ibid., p. 250). E se a tradução for entendida como o processo de transporte dos conceitos do nativo para o arcabouço conceitual do investigador, o conceito de “equivocação”, tal como proposto pelo referido etnólogo, pode ser uma ferramenta para os problemas da comparação: no lugar de legitimar os conceitos dos outros sob os próprios termos, traduz-se. E

[u]ma boa tradução é uma que permite que os conceitos alienígenas deformem e subvertam a caixa de ferramentas conceitual do tradutor para que o *intentio* da língua original possa ser expresso dentro da língua nova [grifo do original] (VIVEIROS de CASTRO, 2018, p. 250)

⁹ Em “Par de la Nature et Culture” (2009), Philippe Descola fala de quatro ontologias, aqui resumidas com uma velocidade desatenta. E o faço considerando a comparação entre a interioridade e a fisicalidade presentes nos encontros com uma alteridade, ambos tomados como elementos regulares entre os diferentes grupos. Se iguais, referente ao totemismo; se integralmente diferentes, referente ao analogismo, se a interioridade for similar e a fisicalidade diferir, referente ao animismo; se desprovido de interioridade, mas com fisicalidade semelhante, referente ao naturalismo. Recomenda-se, inadvertidamente, a leitura do original. Para uma introdução, ver Descola (2006).

¹⁰ Do original: “[...] describing and systematizing in the most culturally neutral way as possible the different manners in which specific organisms inhabit the world, identify in it this or that property for their use and contribute to its transformation by weaving with it, and between them, constant or occasional ties of a very diverse but not unlimited nature”.

Tal tratamento preocupa-se em não encerrar a potência contida nos conceitos alienígenas por intermédio de um silenciamento epistêmico, sob a pena de dissolver ontologias. Para dizer diferentemente: compara-se sem eliminar os estranhamentos; sem que haja a extensão precoce da Natureza e a abolição prematura de outros mundos. E isto, para reencaminhar as intenções deste texto, parece ganhar um sentido especial em situações envolvendo os extrativismos na América Latina.

Ao estudar a ontologia territorial dos AwajunWampi, a antropóloga Marisol de La Cadena (2018) percebeu a ocorrência de um equívoco (conceito tomado de empréstimo de Eduardo Viveiros de Castro) e um dissenso (conceito de Jaques Rancière) em relação à noção de território. Ainda que a autora tenha adotado um estimulante percurso intelectual ao mobilizar esses conceitos como ferramentas para lidar com a controvérsia entre os AwajunWampi e o Estado Peruano, o que mais interessa ao teor deste texto é a incomensurabilidade entre tomar o território, ora enquanto possuidor de recursos disponíveis ao extrativismo, ora como repositório de recursos naturais que devem ser protegidos, ora como uma existência composta por entidades que se concertam de maneiras específicas, mas incapaz de existir enquanto mero recurso extrativista ou abrigo natural. No primeiro e segundo casos há uma indisfarçável afinidade com o dualismo moderno. No terceiro, a simples designação de não-humanos ou de humanos se sugere insuficiente para capturar a velocidade das suas relações, e, portanto, não aceita o enquadramento da modernidade, que delegou aos objetos o reino extenso da Natureza e aos sujeitos os enigmas da sociedade.

Marisol de La Cadena (2018) atenta para a insistência de uma mulher andina, norte-peruana, que *prefere não* abrir mão da sua terra inserida em uma região com a presença de lagoas que despertaram a atenção de uma empresa interessada em delas extrair minérios e resíduos minerais. A autora observa: por “meio da lente da política moderna [...] podemos interpretar as ações dessa mulher como defendendo o ecossistema: um ambientalista e, portanto, um inimigo ou um aliado, dependendo de quem fala”. Nesta lente, sendo inimigo ou aliado, ela permanece como um sujeito em relação a um objeto. Mas a recusa da venda da terra é um acontecimento que provoca um desconforto nessa perspectiva, pois esse agenciamento não cabe nas fronteiras de atuação segura dos domínios dispersivos, já que “mulher-terra-lagoa” (DE LA CADENA, 2018). Esta multiplicidade se torna uma inflexão para o ajustamento moderno habituado às divisões: ou mulher, ou terra, ou lagoa (ou sujeito, ou propriedade, ou recurso). Talvez por isso, se torne muito difícil para o mercado extrativista entender o motivo da recalcitrância. E se, por um lado, a multiplicidade da camponesa é incompreensível para os mercadores, por outro, esse coletivo também resulta estranho a muitos ambientalistas, frutos da arborescência moderna. A antropóloga argumenta:

a recusa de Máxima seria o ato de um pensador particular, aquele que pensa com suas próprias forças para promulgar uma natureza ecologizada localmente [...] que simultaneamente coincide, difere e até ultrapassa o objeto de que o Estado, a empresa de mineração e os ambientalistas traduzem recursos, exploráveis ou a serem defendidos (DE LA CADENA, 2018, p. 109).

E, não sem algum trabalho, pode-se interpretar essa exposição de uma maneira singular: não se trata de um acordo sobre um mundo partilhado por diferentes pontos de vista, mas de considerar a participação de mundos diferentes em negociações que envolvem situações específicas:

Contadas com ênfase no local, as narrativas podem expor complexidades que desestabilizam gramáticas lineares e levam conceitos aos seus limites. Ouvidas com cuidado, elas revelam que os conflitos que eles narram podem incluir um dissenso que não encontra uma resolução fácil porque excede o domínio existente da lei, a saber, a concepção e a regulação da

natureza como recurso. Considerando (ao invés de negar) a possibilidade do excesso [...] essas histórias podem abrir o pensamento e o sentimento para não apenas o que são os nossos sentidos comuns. O requisito para essa abertura pode ser uma disposição para dar uma chance política ao equívoco. Isso significa uma disposição para considerar que o que é hegemônico [...] também pode ser diferente da natureza, mesmo que ocupe o mesmo espaço: não apenas um rio, também uma pessoa; não apenas água universal, também água local; não apenas montanha, também seres da terra [...] (DE LA CADENA, 2018, pp. 111 - 112).

Se antes, a Natureza estabeleceu um encerramento precoce sobre o funcionamento do mundo, agora, outras naturezas reivindicam o seu direito de habitar um mundo em progressivo estágio de composição, para lembrar de Bruno Latour. E um desafio parece ser o de fazer notar os estranhos tons desses concertos dissonantes, sem silenciar o dissenso. O que se sugere afinado com o seguinte fragmento do estudo de Marisol de La Cadena (ibid., pp. 111 - 122):

O paradoxo pode ser que a crueldade do extrativismo tenha feito surgir coletividades públicas para as quais a natureza não é apenas isso, e que se opõem à destruição (extrativista) de quem são (e não apenas da natureza) em uma nova aliança com ambientalistas (para quem pode ser que a natureza seja apenas a natureza). Visto por meio do extrativismo – incluindo a oposição a ele – o Antropoceno poderia ser um momento histórico de implosão, quando a guerra contra as práticas desobedientes de produção de mundo se voltou contra o mundo que a travava e, ao fazê-lo, revelou também a impossibilidade de destruição de mundos que excedeu primeiro a palavra de Deus e, mais tarde, a palavra do homem moderno – tanto capitalista quanto socialista (DE LA CADENA, 2018, pp. 111 - 112).

A modernidade seguiu fiel ao seu projeto de devorar o que entendeu por antiguidades. A curiosidade, especialmente no caso latino-americano, é que a promessa de novidade ensejada pelo processo modernizador já nasce controversa: um novo mundo povoado de antiguidades encontra um velho mundo portador de novidades. À luz de certa antropologia, se aqui foi bem interpretada, a Natureza do velho mundo é um mundo novo para o que se começa a descobrir serem as naturezas de mundos antigos. Mas as conceptualizações se atualizam e, ademais, não seria preciso relembrar que os choques ontológicos não se restringem aos encontros originais. E hoje, digamos, no Antropoceno, a recorrência desses orógenos desconcertantes entre ontologias metamórficas geram deformações que interessam a muitas disciplinas, e não somente à antropologia, mas também à geografia e à ecologia, para ficarmos nos exemplos diluídos nesta seção (*mulher e andina e território e lagoa*). E as situações engendradas por esses encontros dissonantes provoca especialmente a uma província investigativa que nasce de uma promiscuidade cuja genealogia remete às disciplinas supracitadas.

Ecologias políticas

Se antes, a Ciência, ao apelar para o funcionamento da Natureza dificultou as negociações que poderiam derivar do estranhamento, de um tempo para cá, as ciências e as suas extraordinárias palhetas de práticas têm tornado públicas outras organizações de mundos (fala-se em pluriverso). É o caso da antropologia comparada. Acontece que muitos mundos, especialmente na América Latina, têm sido digeridos pelas internalizações econômicas dos extrativismos, o que externa um problema tão político quanto ecológico. E não por coincidência, a ecologia política latino-americana (EPLA) é uma importante sinalização dessas conexões criativas que buscam revogar não apenas a sensação de abandono que habita os despossuídos expostos aos extrativismos, mas fomentar a permanência das alteridades que insistem em existir. Entretanto, a EPLA é apenas uma descendente da ecologia política (EP).

A divulgação da ecologia política remete à década de 1970 (PAULSON et. al., 2003; WALKER, 2011; MARTINEZ-ALIER, 2014)¹¹. Se o papel humano na questão ambiental já vinha sendo fortemente debatido fora dos limites das universidades, no âmbito acadêmico, a forja da EP passou por um intenso intercâmbio disciplinar, notadamente, como já foi aventado, entre a geografia, a ecologia e a antropologia (PAULSON et. al., 2003¹²; MARTINEZ-ALIER, 2014; LEFF, 2015).

Os primeiros estudos da ecologia política, segundo o geógrafo Peter Walker (2011), concentraram-se nas relações de poder, nos conflitos e na modernização propagada pela economia política, tomando esses elementos como forças de transformação e desestabilização das interações entre os humanos e os ecossistemas. O que se sugere corroborado por Enrique Leff (2015, p. 33), para quem

a ecologia política surgiu como um campo de investigação teórica e ação política em resposta à crise ambiental: à destruição das condições de sustentabilidade da civilização humana causada pelo processo econômico e a tecnologia da vida [tradução pessoal].

Com o passar do tempo, a contribuição das análises localizadas proporcionou a diversificação da EP e expandiu o seu escopo de atuação. Mas se a convergência dos estudos das ciências sociais e das ciências ambientais estão entre as ambições originárias da EP (cf. PAULSON et. al., 2003), tal peculiaridade favoreceu o aparecimento de controvérsias importantes, dentre as quais, a de que a EP teria inflado o seu componente político (cf. PAULSON et. al., 2003), enquanto esvaziou, ou secundarizou, as questões ecológicas (cf. WALKER, 2011). Embora a falta de coesão provocada pela diversificação do campo tenha exercido alguma influência na preocupação de que o foco no político tenha sombreado a análise biofísica, essa expansão também trouxe novos elementos para a EP.

É o caso da EPLA, cujas investigações exploram a diferença dos povos, as suas estratégias de emancipação para a descolonização do conhecimento e a reinvenção dos territórios (LEFF, 2015). A descolonização dos saberes diria respeito, nesse sentido, à potência do conhecimento enraizado como uma plataforma para a afirmação territorial desses coletivos. Isto, evidentemente, ganha contornos idiossincráticos, e os exemplos das práticas de insistência - tal como a descrita na seção precedente - contribuem para o melhor entendimento da paisagem variegada do pensamento latino-americano. Nesse encadeamento, a EPLA pode ser entendida como um “lugar de enunciação” (ALIMONDA, 2017, p. 41), e dá uma ênfase ao componente histórico que está na origem da dominação que, até hoje, persiste como uma mácula das práticas coloniais (mononaturalista, por convenção). E os seus enunciados, com alguma frequência, são anunciados quando da ocorrência dos dissensos, e não é coincidência que generosa parte dos estudos da EPLA seja orientada por conflitos. Ou melhor, orientada pelos estranhamentos quando da ocorrência das divergências envolvendo velocidades e formas de relacionamento distintas entre os humanos e não-humanos nos ecossistemas latino-americanos.

É aí que se pode considerar que os relatos etnográficos, como o de Marisol de la Cadena, não são somente descrições das diferentes maneiras de habitar a Terra, mas, também, registros das controvérsias geradas pelas incompatibilidades dos arranjos. Sabe-se, sem a surpresa da novidade, que no Antropoceno, por todo lado, os territórios parecem estar ameaçados (cada vez mais, comenta-se da solastalgia). E um ouvido atento pode escutar as vocalizações que emergem dos lugares

¹¹ Embora o nome do antropólogo Eric Wolf recorra nos trabalhos daqueles que buscaram traçar as origens da EP (cf. PAULSON, 2003, p. 206; WALKER, 2011, p. 84), Joan Martinez-Alier (2014, p. 111) nota que a expressão “ecologia política” já havia sido utilizada por Bertrand de Jouvenel, em 1957, enquanto Enrique Leff (2015, p. 30) observa que a expressão apareceu pela primeira vez na literatura acadêmica através de Frank Throne, em 1935.

¹² PAULSON et. al (2003, p. 205) acrescentam nesse bojo as ciências políticas.

que preferem não ser mais um canto da Terra a lamentar um fim de mundo. Aqui, provisoriamente, atribuídas como ilhas de insistência.

Nessas ilhas de insistência, o estranhamento resulta, se bem se pode arriscar, da recusa. Da recusa ao progresso redutor colocado em prática pelos extrativismos, ou, para dizer de um modo mais perigoso, quando sabe-se o que não se quer ser. E os registros desses casos de estranhamento já trazem, dentre tantas importâncias, a valia imediata de uma restauração. A restauração da potência que fora esvaziada através do preenchimento dos despossuídos com a sensação de abandono dispersada pelos devastadores jogos de mercado. E no Antropoceno, a ecologia política, por diversificada que seja, pode reanimar as forças tectônicas que transbordam as energias magmáticas capazes de transformar as ilhas de insistência em arquipélagos de inventividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vi que não há Natureza
Alberto Caiero

Procurou-se mostrar que a Ciência e a Economia são dois exemplos do apelo às leis da Natureza para silenciar a polifonia dos reclamantes. Para lidar com o problema do primeiro exemplo, da Ciência, duas manobras foram utilizadas: do maiúsculo ao minúsculo e do singular ao plural. No segundo caso, buscou-se demonstrar que o advento da Economia foi um acontecimento que engendrou um arranjo complicado entre saber e poder, com a criação de uma entidade que se supõe desgarrada da Terra: o mercado autorregulado. No primeiro caso, a trapaça ortográfica tencionou sinalizar para a diversidade de matizes no fazer científico, o que complica a noção de natureza (seção 3). No segundo caso, a influência da noção de natureza no funcionamento de um mercado autorregulado foi brevemente explorada, como anuncia o título do texto, porém, com ênfase no isolamento acústico que busca manter o domínio do mercado imune às vocalizações dissidentes. Nos dois casos, com duvidoso sucesso, mostrou-se que a noção de Natureza incorre uma purificação. Purificação que no Antropoceno se sugere inatingível, quando a implicação entre humanos e não-humanos se tornou irrevogável.

Para lidar com a angústia provocada pelo cenário abrasador que inaugura este texto e render a devida homenagem a um pensamento que ajustou o desregramento poético com a densidade teórica, convoquemos a inquietude de Michel Serres. No livro “O contrato natural” (1990, pp. 11 – 14), Serres interpreta o cenário da obra “Lucha com palos”, de Francisco de Goya. Nele, dois inimigos brandem os seus varapaus na areia movediça. Conforme a luta se acirra, a areia parece ganhar terreno sobre os corpos dos lutadores. A dúvida sobre quem sairá vencedor paira sobre os apostadores, que inebriados pelo espetáculo banal negligenciam, tal como os combatentes, o lento movimento do substrato inconsolidado sobre o qual chafurdam sem perceber. Nessa fagocitose agônica, as chances seriam maiores para quem aposta em quem vai perder: incluídos os apostadores! Ora, quem parece ganhar terreno, senão o pântano? Ou como nos indaga Serres (1990, p. 12), “em que areias movediças nos atolamos em conjunto, adversários ativos e espectadores perigosos?”. Não há dúvida de que se trata de uma aposta perigosa, pois se ganharmos, seguiremos no curso da história mesma que escancara as evidências de uma Terra hostil às utopias inalcançáveis. E se perdermos, estaríamos, neste momento, despreparados para uma catástrofe. É como se víssemos a ascensão da Terra evaporando a grande divisão que sustentou o projeto da modernização: estamos testemunhando o retorno da Terra.

Mas como a Terra retorna? E aqui voltamos à claudicante hipótese que serpenteia entre as partes deste documento: a de que a Natureza não parece uma boa maneira de nomear essa intromissão. Pois a Natureza foi uma reunião muito prematura da apresentação do mundo, com consequências importantes para quem não organiza os seus respectivos universos existenciais utilizando-a como referência. E para escapar oleosamente de uma nomeação, se diria que a Terra se apresenta de maneiras tão distintas quanto difíceis de rastrear. É esse retorno da Terra que precisamos aprender a conhecer. E quantas não serão as contribuições das ciências¹³, para registrar os modos de agir desse novo sujeito, povoado de mundos, que irrompe nas contendidas como alguém que não podemos mais ignorar?

REFERÊNCIAS

- ALIMONDA, H. En clave de sur: la ecología política latinoamericana y el pensamiento crítico. *In*: ALIMONDA, H.; PÉREZ, C. T.; MARTÍN, F. **Ecología política Latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica**. (coord.). Vol.1. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México: Universidad Autónoma Metropolitana; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ciccus, 2017.
- CADENA, M. Natureza incomum: histórias do antrope-cego. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 69, 2018.
- DESCOLA, P. Beyond Nature and Culture. **Proceedings of the British Academy**, v. 139, 2006.
- DESCOLA, P. **Par de la nature et culture**. Paris: Decouvért. 2009.
- DESCOLA, P. **The Ecology of the Others**. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2013.
- ELIAS, N. S. Sobre a sociogênese da economia e da sociologia. *In*: **Escritos & Ensaios 1: Estado, processo, opinião pública**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 167-196 p.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978 – 1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- KANT, I. **A Paz perpétua: Um projecto filosófico**. Tradução: Artur Morão. Coleção: Textos Clássicos de Filosofia. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008.
- LATOUR, B. **War of the worlds. What about peace?** Chicago: Prickly Paradigm Press, LLC, 2002.
- LATOUR, B. **Politics of Nature: how to bring the Sciences into Democracy**. London: Harvard University Press. 2004.
- LATOUR, B. **An Inquiry on Modes of Existence: An Anthropolgy of the Moderns**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2013.
- LOCKE, J. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

¹³Uma rápida imunização: ocupou-se, aqui, apenas em fazer notar certa presença do especialista legislador. Isto não invalida a contribuição de muitos cientistas que, atualmente, descrevem os impactos do abalo ecológico no edifício moderno. A atual condição climática é um fenômeno evidente desse acontecimento. E se as ciências estão sob o ataque daqueles que negam as mudanças climáticas, é importante registrar que esses negacionistas dizem não mais acreditar nos fatos, e que os fatos mesmos não parecem capazes de calar as paixões políticas. Uma alternativa, tal como sugere Bruno Latour (2013), está na exposição de todos os caminhos percorridos para tornar os enunciados científicos possíveis (dos financiamentos aos enunciados, passando pela utilização dos instrumentos calibrados, a adoção dos métodos de análise compatíveis, o tratamento dos dados nos laboratórios, as revisões por pares nas publicações...) e, em contrapartida, exigir semelhante exposição daqueles que negam as mudanças climáticas e o atual estágio de emergência ecológica (dos financiamentos ao discurso). Ao exigir a exposição dos caminhos necessários tanto para a produção, quanto para a negação dos fatos, espera-se que, após a confrontação desses percursos, se poderá atuar no resgate da confiança pública nas instituições científicas.

LEFF, E. Political ecology: a Latin American perspective. **Rev. Desenvol. Meio Ambiente**, v. 35, p. 29-64, 2015.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARTINEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

PAULSON, S.; GEZON, L. L., WATTS, M. **Locating the political in political ecology: an introduction**. Human Organization, v. 62, n. 3, 2003. 205-217 p.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução: Fanny Wrabel. 2ª ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

GUDYNAS, E. **Extractivismos: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo e la naturaleza**. Bolívia: CEDIB, 2015. Disponível em: <<http://gudynas.com/wp-content/uploads/GudynasExtractivismosEcologiaPoliticaBo15Anuncio.pdf>> . Acesso em: mai. 2019.

VIVEIROS de CASTRO, E. **A Antropologia perspectivista e o método de equivocação controlada**. Tradução. Marcelo G. Camargo e Rodrigo Amaro. Revista de Antropologia do Centro-Oeste, v. 5, n. 10, 2018.

WALKER, P. A. **Ecologia política: onde está a ecologia?** Desenvolvimento e meio ambiente, n. 23, 2011. 83-93 p.

SERRES, M. **O contrato natural**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

STENGERS, I. **Catastrophic times: Resisting the coming barbarism**. Open Humanity Press, 2015.